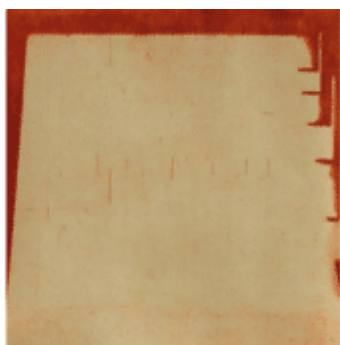


Reificação



Por **RÚRION MELO***

Apresentação à edição brasileira do livro Axel Honneth

Axel Honneth, um dos mais importantes nomes da teoria crítica nos dias atuais, apresenta no livro *Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento* uma proposta extremamente desafiadora, inovadora e original. Seu intuito consiste em ressaltar a atualidade do conceito de reificação, que é central na história da teoria crítica, no auxílio da compreensão de formas de dominação social vigentes.

Mas, na visão honnethiana, o conceito revela seu potencial crítico pela capacidade de abarcar modos de dominação bastante peculiares, não apenas ligados a fenômenos extremos de violência e coerção (como no caso de guerras e genocídios), porém também vinculados a comportamentos cotidianos (no ambiente familiar, no mercado de trabalho, nas relações amorosas mediadas pelas redes sociais etc.) e ocorrências mais latentes, ainda que sistemáticas, de desrespeito (Honneth aponta para exemplos de racismo e de discriminação de pessoas, grupos e minorias).

Mais precisamente, Honneth procura mostrar no livro que, com a ajuda de sua “teoria do reconhecimento”, podemos utilizar novamente o conceito de reificação para apreender experiências diversas e complexas de subjetivação. E o autor sabe que, para ter êxito nessa atualização conceitual da reificação, aspectos decisivos da constituição e da fundamentação teórica envolvidas precisam ser reconstruídos. Mas quais foram as referências da tradição intelectual conhecida como teoria crítica em relação ao conceito de reificação?

A despeito de seu uso amplo e, em grade medida, variado, o conceito de reificação sempre procurou apontar para a negatividade de determinados processos sociais. Originalmente, sem dúvida, a reificação correspondeu às experiências de trabalho diagnosticadas em torno da Revolução Industrial ou às crises econômicas e sociais que, a partir do final de década de 1920, assolaram os EUA e a Europa. Também esteve atrelada à visão correspondente de uma modernização social estruturada, no geral, por uma finalidade racional e calculadora, que submete o comportamento humano a atitudes meramente instrumentais e, por conseguinte, inviabiliza formas de autonomia e de crítica por parte dos sujeitos.

Foi Georg Lukács quem conseguiu, em seu livro *História e consciência de classe* (Martins Fontes) de 1923, caracterizar esse conceito chave por meio de uma importante junção de temas retirados de autores como Karl Marx e Max Weber. Lukács influenciou decisivamente a recepção marxista da teoria weberiana da “racionalização” como expressão ampliada da reificação social. E o desenvolvimento posterior do conceito de reificação foi marcado pelo seu grau de racionalização e generalização: os principais nomes da teoria crítica – dentre os quais Max Horkheimer, Theodor Adorno e Jürgen Habermas – identificaram em seus diagnósticos fenômenos cada vez mais amplos ou variados de reificação aos quais as sociedades racionais modernas se encontravam submetidas.

A atualização do conceito de reificação empreendida por Honneth compartilha com esta escola de pensamento a ideia de que ainda cabe à teoria crítica a tarefa de compreender as formas de dominação inscritas em nossas práticas sociais. Mas o interesse crítico-emancipatório original da teoria precisa ser realizado hoje mediante novos meios conceituais, novas estratégias teóricas de fundamentação e novos fenômenos empiricamente observáveis.

Se, de um lado, isso significa aceitar que estamos diante da ampliação continuada de expressões da reificação (ampliação observada claramente entre os autores antes destacados), Honneth, de outro lado, evita que sua atualização da reificação dependa do conceito atrelado de “racionalização”: só podemos continuar empregando atualmente o conceito de reificação

para explicar formas socialmente apreensíveis de dominação e de subjetivação se abrimos mão da ideia central, determinante para quase toda a teoria crítica de Lukács até hoje, da “racionalização como reificação”.

De início, o esforço de atualização do conceito de reificação indica que a estratégia de fundamentação da qual Lukács lançou mão se mostraria hoje insatisfatória para uma compreensão crítica mais adequada dos processos sociais em sua complexidade. Ao apontar o fenômeno da reificação como resultado do “fetichismo da mercadoria”, Marx já tinha diante dos olhos a experiência de um capitalismo relativamente avançado como aquele surgido na Europa do século XVIII, em que os processos de produção, levados a um alto grau de desenvolvimento, criariam relações impessoais de socialização.

Na esteira de Marx, Lukács também partiu fundamentalmente do fenômeno da ampliação da troca de mercadorias para apoiar a tese central sobre a causa social do aumento da reificação. Logo que os sujeitos começam a regular suas relações com os outros homens primariamente por meio da troca de mercadorias equivalentes, eles seriam obrigados assim a se relacionar com seu mundo circundante e com as outras pessoas adotando uma atitude reificante. Os sujeitos que vivem imersos no processo de reificação resultante de sociedades capitalistas perceberiam os elementos de uma dada situação somente sob o ponto de vista do benefício que eles poderiam conseguir para seu próprio cálculo utilitário egoísta.

É nesse sentido que, de um lado, o fenômeno da reificação advém essencialmente da questão do fetichismo da mercadoria. De outro lado, contudo, o diagnóstico sobre a generalização da reificação no capitalismo moderno só chega a ganhar uma fundamentação apropriada quando Lukács junta a tese marxista do fetichismo à tese weberiana da racionalização: a racionalização na modernidade ampliou para outras esferas sociais (que não apenas a econômica) o padrão de modos de comportamento indiferentes e egoístas, potencializando a produção de ações reificantes.

Para Lukács, essa influência decisiva do fenômeno da reificação sobre o conjunto da sociedade ocorreria em três dimensões. Na troca de mercadorias, os sujeitos se veem reciprocamente forçados a perceber os objetos existentes de seu mundo circundante somente como “coisas” potencialmente lucrativas; eles veem também seu parceiro de interação social simplesmente como “objeto” de uma transação rentável; além disso, eles consideram suas próprias faculdades e qualidades pessoais não do ponto de vista da autorrealização, mas tão somente como “recursos” objetivos para o cálculo das oportunidades de lucro. Todas as relações são abstraídas em sua singularidade quando integradas em um princípio de racionalização baseada no cálculo. Apesar de podermos encontrar diferentes nuances entre as três dimensões (a do mundo objetivo, da sociedade e do próprio “eu”), a análise de Lukács, lembra Honneth, estaria concentrada em uma ontologia dos fenômenos estritamente capitalistas da qual resultaria todo o processo social.

A dificuldade, segundo Honneth, consistiria não na pretensão por analisar os momentos da reificação nos comportamentos mais simples da vida cotidiana, mas sim na pretensão de analisá-los como grandezas economicamente utilizáveis sem levar em consideração o fato de se tratar da relação com objetos do mundo circundante, com outras pessoas ou das próprias competências e sentimentos. Em outras palavras, a representação da reificação como “segunda natureza” teria de abarcar novos fenômenos ao ser transferida justamente para esferas de ação não-econômicas e ao ser investigada a partir da dinâmica própria de interações sociais intersubjetivamente consideradas.

Para onde, então, teríamos de olhar nas análises do próprio Lukács para empreender uma reformulação do conceito de reificação? Honneth acredita que o mais importante consistiria em considerar as análises lukacsianas que se concentram nas transformações e mudanças de comportamento pelas quais passam os próprios sujeitos: seria possível notar no próprio Lukács elementos que permitem identificar comportamentos típicos em que os sujeitos não participariam mais ativamente nos processos de seu mundo circundante, mas se colocariam na perspectiva de um observador neutro que não é afetado psíquica ou existencialmente pelos acontecimentos.

Assim, o próprio Lukács já mostraria de alguma maneira que o sujeito que adota o papel de um parceiro de troca passa a se comportar como um expectador meramente contemplativo e indiferente, e este tipo de comportamento ou padrão de ação poderia ser encontrado em várias outras dimensões intersubjetivas não limitadas aos fenômenos da troca no mercado capitalista ou à esfera da produção: atitudes consideradas reificantes generalizam para outros domínios de socialização comportamentos indiferentes, passivos e meramente contemplativos, em oposição a atitudes engajadas e participativas nas interações sociais entre os seres humanos.

Com a palavra “contemplação”, explica Honneth, quer-se sublinhar aqui menos uma postura de introspecção teórica do que uma atitude de observação indulgente e passiva; e a “indiferença” deve significar que o sujeito agente não é mais

afetado existencialmente pelos acontecimentos, mas, mesmo ao observá-los, não se relaciona com estes mostrando qualquer tipo de interesse ou engajamento. Portanto, Lukács compreenderia sob o termo reificação o hábito ou o costume que corresponde a um comportamento meramente contemplativo em cuja perspectiva o mundo circundante natural, o mundo das relações sociais e os próprios potenciais constitutivos da personalidade seriam apreendidos apenas com indiferença e de um modo neutro em relação aos afetos, ou seja, como se possuísem as qualidades de uma “coisa”.

Mas um passo decisivo ainda precisa, segundo Honneth, ser investigado. Se Lukács se refere a um comportamento anômalo, que pode ser caracterizado como uma deturpação, por assim dizer, da atitude mais engajada dos sujeitos em suas relações intersubjetivas, então certamente sua teoria também pressupõe algo como uma práxis genuína com base na qual os modos reificantes de ação podem ser comparados e criticados. Honneth sublinha assim aquelas passagens do texto de Lukács onde uma práxis humana originária e verdadeira é atribuída ao sujeito ativo e cooperativo, mas que sofre certa transformação, motivada por restrições sociais diversas, pela qual o caráter engajado do comportamento se torna contemplativo e indiferente. Ou seja, Lukács parece ter de assumir uma forma engajada de práxis humana a partir da qual podemos distinguir a reificação como uma práxis deficiente.

A manutenção dessa diferença constitutiva entre duas formas de práxis humana – engajada e reificada – é fundamental para que a teoria preserve um ponto de vista crítico que seja imanente às próprias práticas sociais. Contudo, embora Lukács não funde a contraposição entre um comportamento reificante e uma práxis engajada em alguma perspectiva moral, ele também não permite que se esclareça o ponto de vista normativo pressuposto que orienta sua denúncia da reificação social a partir da referida diferenciação. A explicitação desse ponto de vista normativo que opera no conceito de reificação consistirá numa das principais tarefas da reformulação crítica de Honneth.

Em vez de pensar a reificação apenas segundo a descrição da produção alienada do objeto por parte de um sujeito que foi excluído da coletividade, Honneth insiste em utilizar aquelas passagens do texto de Lukács em que a práxis genuína pressuposta seja compreendida como uma atitude intersubjetiva. Lukács também estaria preocupado com qualidade intersubjetiva que antecede os comportamentos e que forma, no cerne do seu argumento, o padrão que servirá de contraste para a determinação de uma práxis reificante. O ponto de vista intersubjetivo pode, assim, fornecer uma medida a partir da qual poderíamos diagnosticar que a troca de mercadorias resultaria em uma perda de interesse e participação por parte dos sujeitos, ou seja, possibilitaria um contraste entre uma atitude intersubjetiva e a determinação de uma práxis reificante. Ora, é exatamente essa atitude intersubjetiva – caracterizada pela participação engajada e pelo envolvimento existencial em contraste com a mera contemplação e indiferença – que Honneth fundamentará com base em sua teoria do reconhecimento.

A função da categoria do reconhecimento na argumentação de Honneth consiste em preencher um importante pressuposto não desenvolvido por Lukács. Não estaria claro na fundamentação lukacsiana no que se baseia o primado dessa práxis participativa originária que se perderia no momento em que o sujeito passa a se comportar de forma reificada. Para preencher essa lacuna de fundamentação, essa disposição prévia ao engajamento precisaria desfrutar de um primado tanto ontogenético como conceitual para que a reificação pudesse, de um lado, ser descrita como uma distorção de uma práxis genuína e, de outro, tornasse possível, junto com seu diagnóstico, também sua crítica e superação.

Honneth – lançando mão de conceitos presentes ainda em Martin Heidegger e em John Dewey – pretende fundamentar a tese de que, na relação do sujeito consigo mesmo e com seu entorno, uma postura de reconhecimento possui precedência ontogenética e categorial quando comparada a todas as outras atitudes. Toda a apreensão da realidade estaria ligada a uma forma de experiência em que todos os dados existentes de uma situação se encontrariam em princípio qualitativamente acessíveis à perspectiva de uma participação afetiva. Esse tipo de experiência qualitativa originária de todas as nossas vivências é interpretado por Honneth como uma característica essencial de proximidade, não-distanciamento, e de engajamento prático com o mundo, isto é, como uma interação primária oposta à atitude autocentrada, egocêntrica e neutra. O reconhecimento expressaria, portanto, essa forma originária de relação e de preocupação existencial com o mundo que somente um ato de distanciamento e indiferença poderia separar.

Portanto, às formas de ação sensíveis ao reconhecimento podemos opor os comportamentos em que os vestígios de um reconhecimento precedente não estão mais presentes. O comportamento meramente contemplativo ou observador se caracteriza pela indiferença quando não tomamos mais consciência de sua dependência em relação a um reconhecimento precedente. Neste caso, o mundo social aparece como uma totalidade de objetos meramente observáveis em que faltariam

as motivações existenciais e sensações psíquicas afetivas: desenvolvemos assim uma tendência a esquecer que o reconhecimento seria constitutivo das experiências intersubjetivas e a perceber os outros homens meramente como objetos quanto mais nos acostumamos a deixar de lado todos os vestígios de um engajamento afetivo.

Podemos chamar esse esquecimento do reconhecimento de reificação, segundo Honneth, se entendemos com isso o processo por meio do qual, no nosso saber a respeito dos outros seres humanos e no modo como interagimos com eles, não tomamos mais consciência de que ambos os casos são tributários do engajamento e do reconhecimento prévios. É esse momento do esquecimento, entendido como uma espécie de “amnésia”, que Honneth acentua como uma nova determinação do conceito de reificação. Na medida em que, no processo de interação social, perdemos a disposição originária do reconhecimento, desenvolvemos uma percepção reificada em que o mundo intersubjetivo passa a ser apreendido apenas com indiferença e de um modo neutro em relação aos afetos.

Se o núcleo da reificação reside em um esquecimento do reconhecimento, então a tarefa fundamental da teoria crítica consistirá em procurar suas fontes sociais nas práticas e mecanismos que possibilitam e perpetuam sistematicamente tal esquecimento. No caso de Lukács, sobretudo as coações econômicas poderiam conduzir à negação dos traços propriamente humanos das pessoas. Seu olhar estava tão voltado aos efeitos do intercâmbio capitalista de mercadorias que ele não considerou outras fontes sociais de reificação.

Para Honneth, contudo, os seres humanos podem, em uma variedade de ocasiões, adotar um comportamento reificante na medida em que perdem de vista o reconhecimento precedente, e isso em função de duas causas gerais: ao participarem em uma práxis social na qual a mera observação do outro se tornou um fim em si mesmo, extinguindo toda consciência do engajamento existencial da socialização precedente; ou ao conduzirem suas ações por um sistema ideológico de convicções que é reificante, coagindo-os à negação posterior do reconhecimento originário.

A tradução que o público brasileiro agora tem em mãos consiste na edição ampliada, que inclui, além do texto original de Honneth, tanto as críticas elaboradas por Judith Butler, Raymond Geuss e Jonathan Lear à atualização honnethiana da reificação quanto a réplica escrita pelo próprio autor. Fica evidente, a partir da discussão suscitada pelo livro de Honneth, que a originalidade e a força de sua tese sobre a reificação como esquecimento do reconhecimento levantam também problemas difíceis e cruciais para toda a tentativa da teoria crítica de compreender as formas de subjetivação da dominação no tempo presente.

***Rúrion Melo** é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP).

Referência

Axel Honneth. *Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento*. Tradução e apresentação: Rúrion Melo. São Paulo: UNESP.